

ENTREVISTA COM BETE MENDES – 26 DE JULHO DE 2021

Interview with Bete Mendes – July 26th, 2021

Cristina Buarque de Hollanda

Doutora pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Professora na New York University Abu Dhabi (NYU Abu Dhabi)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1600-4044>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4657221007219107>

José Szwako

Doutor pela UNICAMP e Professor no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4764-6533>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4951620543771934>

Apresentação

17 de agosto de 1985. Era a primeira vez que dois presidentes latino-americanos se encontravam depois da onda de ditaduras que varreu o continente. No aeroporto de Montevideú, o aperto de mãos entre José Sarney e Julio María Sanguinetti carregava simbolismo e esperança. Mas não foi pelas promessas de futuro que o evento ganhou holofotes. O passado roubou a cena. Ainda no desembarque, o principal cumprimento foi entre um adido militar e uma deputada federal, entre o Coronel Brilhante Ustra e Elizabete Mendes de Oliveira. Quinze anos antes, ele era o torturador e ela, a torturada.

“Eu levei um choque, (...) passei três dias sem dormir, tomando banho de água fria, porque eu estava em pânico, pânico” - lembrou Bete Mendes na conversa que tivemos por duas horas numa sessão de *Zoom*. Pedimos que ela falasse sobre muitas coisas, todas elas ligadas à sua militância pela democracia. Nossa intenção era lançar luz sobre a atriz política que é sempre e cada vez aclamada por suas performances em teatro, cinema e televisão. A leitora tem em mãos justamente o que resultou disso: um testemunho comovente que circula pela cena dos primeiros anos de abertura política e ensaia leituras sobre o momento presente.

Espremida entre o medo e a esperança, Bete Mendes encarna o espírito da transição política brasileira, fincado no mantra da “reconciliação entre Estado e



sociedade”, como discursou Sarney na noite do encontro fatídico. Alguns abraçaram a causa com entusiasmo - pelo vislumbre de um futuro diferente do passado ou pelo desejo inconfesso de impunidade. Outros, como Bete, engoliram como remédio amargo. Numa “posição de limitação”, foram constrangidos a “aceitar” porque “não havia outro caminho”. Depois de sonhar com a revolução nos idos anos 1960 e serem esmagados pela tortura e pela perda de companheiros, descobriram que o “buraco era mais embaixo”, que não era possível prescindir dos “aliados circunstanciais”.

A concessão de Bete ao realismo político nunca teve traços de esgotamento ou apatia. Foi puro vigor. Na virada dos 1970 para os 1980, o Partido dos Trabalhadores se formava e, para dar conta da lei eleitoral da época, draconiana para os novatos, arregimentava candidatos em cada esquina. Bete não escapou do radar de Lula, que lançou o convite como missão: “Companheira, vem cá, você vai ser a nossa candidata a deputada federal”. Teve só dois dias para pensar. Nunca tinha imaginado a si própria numa função dessas: “eu não tinha estrutura, nem vontade, nem preparação pra ser uma deputada federal”, mas sabia dançar conforme a música e seguiu sua “luta” e sua “militância” em novas vias.

Na conversa conosco, Bete Mendes rememora as dificuldades e os dilemas do caminho da luta armada aos corredores do Planalto. Conta do seu cotidiano na luta clandestina junto à VAR Palmares (Vanguarda Revolucionária Palmares) em pleno estrelato na TV Tupi. Conta da solidariedade e do acolhimento que encontrou no meio artístico e que não hesitou em devolver ao mundo - quando, por exemplo, estendeu a mão ao companheiro que a denunciou sob tortura. Conta de militares sôfregos por violência. Conta também como “eles”, os militares que a capturaram, lhe roubaram dinheiro, “roupas, perfumes, bolsas, sapatos, móveis”. Eram “predatórios”, resume. Bete nos conta como o sucesso profissional não era suficiente, como mergulhou de cabeça nas várias lutas que lutou. Conta como era ser mulher no ambiente misógino da política e como buscou o equilíbrio sempre muito delicado entre transigir e afirmar as posições que lhe pareciam justas e corretas.

Esta entrevista se inscreve em um conjunto mais amplo de reflexões e achados sobre atrizes e atores da transição política, quer no âmbito das relações entre sociedade



civil e Estado, quer nas relações entre política, esquerdas e artes (Napolitano, 2010; Garcia, 2010), quer ainda no espaço das militâncias feministas nas aberturas no Cone Sul (Pedro & Wolff, 2010). Com ela, reagimos a uma leitura corriqueira do nosso processo transicional que toma o modelo argentino de julgamento de militares da ditadura como régua da política e nos enxerga como espelho invertido de nossos vizinhos. Novas luzes lançadas à mesma cena revelam presenças – como a de Bete Mendes – onde antes se via apenas ausências, lacunas e omissões.

Entrevista

CBH: Bete, muito obrigada por aceitar conversar conosco. É uma alegria e um privilégio. Eu gostaria de começar te ouvindo sobre sua ida para a luta armada. O seu pai era militar e me pergunto como ele recebeu essa notícia. Ele era crítico da ditadura como você? Isso foi motivo de embate familiar?

Bete Mendes: Bom, eu tô muito feliz em conversar com vocês, e... vou abrindo a minha história de um jeito bem natural. Eu sou filha de militar, um militar chamado de baixa patente, ele era sub oficial da aeronáutica. Meu pai era de uma família tradicional de São Paulo, e mamãe era de uma família muito simples e eu sou fruto deles dois, a primogênita, e sempre tive um temperamento forte. Papai e mamãe sempre tinham muito orgulho de mim por ser uma excelente aluna, só tirava notas altas, ao mesmo tempo, eles ficavam preocupados com a minha forma voluntariosa de agir. Eu já me envolvia, desde a infância e a adolescência, com as questões gerais. É claro que eu tive muitas leituras que me levaram a esse caminho, tanto na área cultural quanto na área política. Eu queria no começo da vida, quando eu estava na adolescência, ser promotora pública, porque eu achava que tinha que ter justiça. Depois eu passei à filosofia e da filosofia fui pra sociologia. Na verdade, os meus caminhos sempre foram por aí, embora desde criança pequena eu atuasse em peças colegiais ou amadoras, e continuasse com esse amor, com essa paixão pela arte e pela interpretação. E no momento em que se deu o golpe de [19]64, eu levei um choque porque eu estudava num colégio público no Rio de Janeiro e nós tínhamos um ensino maravilhoso e, a partir daí [do golpe], começou a ter as reprimendas,



as necessidades de imposição de comportamento... Bemvindo Sequeira, que foi meu colega nesse colégio, junto com Ângela Leal e Miguel Falabella, fazíamos parte do grupo teatral do colégio. Nós tínhamos uma professora de História que fazia teatro e nós fazíamos teatro. Nós tínhamos também aulas do que foi a melhor contribuição que Villa-Lobos deu, no [governo] Getúlio Vargas, para o ensino, que era o canto orfeônico. Eu amava aquelas aulas. E ali eu conheci muita música da maior importância, nós cantávamos compositores populares e compositores eruditos, e eu acho que a retirada do canto orfeônico, como de outras matérias, do currículo... já é resultado do golpe militar, prejudicou muito o conhecimento. Fez o ensino uma coisa mais pragmática. Bem, eu citei o Bemvindo porque, quando se deu o Golpe, a diretora do colégio botou todos nós em fila, aquela coisa bem militar, botou todos unidos em fila e mandou nós cantarmos o Hino Nacional. Eu já era bem rebelde e saí da fila e fiquei do lado de braços cruzados e ela falou: “Elizabeth porque que você não volta?” Eu falei: “Eu não canto Hino Nacional pra ditadura”. Foi uma loucura, ela me deu uma suspensão, chamou meu pai no colégio, mas eu já tinha essas ideias pelas leituras e pela vivência que eu tinha. A partir daí, a coisa foi ficando cada vez pior, é claro. Meu pai foi transferido para São Paulo e nós ficamos em Santos, onde nasci, e papai servindo em São Paulo. Em Santos eu fui pro Colégio Canadá, que também era um colégio público. E e nós fazíamos teatro, como eu fazia no Rio de Janeiro. Quando foi crescendo a repressão e eu fui pra São Paulo, fui pro colégio maravilhoso que era da USP. E aí foi uma confusão geral porque era um ensino democrático maravilhoso, nós fazíamos roda de conversa em aula e eu já frequentava os espetáculos teatrais e levava atores e a gente debatia...uma vez eu tinha visto a peça *Marat-Sade* com direção do Ademar Guerra, brilhante, e ele foi pro debate com a gente e quando ele chegou na roda, ele olhou pra mim e falou: “Que que cê tá fazendo aí?” Eu falei: “Eu estudo aqui.” Porque eu frequentava o teatro toda noite, então tinha essa relação com o teatro maravilhoso. A partir daí, eu fui prestar vestibular na USP e a coisa foi fechando, fechando, fechando, os caminhos sendo totalmente aprisionados, a censura entrou violenta. Com o AI-5 não se podia falar, não se podia comunicar, os grandes intelectuais tavam sendo expulsos. Quando eu entrei na USP, vários já tinham saído e os que ficaram eram limitados a não poder discutir determinados assuntos. Tava uma coisa



pesadíssima. E nisso [em 1966] a gente tava com a mudança dos partidos, para dois partidos: MDB e Arena. A oposição se reúne no MDB e situação se reúne na Arena, e nessa situação nós não víamos nenhum tipo de evolução e eu tive contato com alguns amigos, fora da universidade, porque eu vivia me metendo em tudo...e entrei pra luta armada. Fui pra uma organização...

CBH: Bete, desculpa te interromper, se eu não tô enganada, no livro do Roberto Menezes com a sua entrevista¹, você menciona participação no Partidão.

BM: Sim. Na verdade, o Bemvindo era meu colega, e era um dos membros do Partidão, e ele tava me cantando pra entrar no Partidão, aí eu comecei a ler muito, discutir muito, participar muito, e fiquei na ala de influência jovem do Partidão, mas quando eu fui pra São Paulo eu perdi os contatos que eu tinha com eles e comecei a ter contatos com o pessoal que tinha uma posição mais agressiva, mais presente. E aí, entrei na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares porque queríamos fazer uma revolução. E era uma loucura, porque concomitantemente eu passei na USP. Era a única faculdade onde eu podia me inscrever, porque eu não tinha dinheiro pra pagar nenhuma e passei muito feliz, embora tristíssima com a perda dos nossos grandes formadores. E tava na USP, tava fazendo teatro e também fui chamada pra uma novela de televisão, que explodiu no Brasil, a novela era do Bráulio Pedroso e se chamava Beto Rockfeller [exibida pela TV Tupi], e aí eu tava num sucesso absoluto, fazendo faculdade e sendo guerrilheira... não dava certo. Era uma confusão geral.

CBH: Que combinação! Militância clandestina com uma vida pública tão notória.

BM: Era loucura... essa coisa de eu ter muita vontade de participar, eu não mensurava os riscos, e não me arrependo não, eu participei, fiz essas loucuras e segui. E era uma loucura, porque eu tinha reunião na organização clandestina [Var-Palmares] e ninguém podia saber que eu era aquela que tava na televisão. E ao mesmo tempo tava na faculdade, e na faculdade eu participava de todos os protestos. Fugia da polícia nas ruas e nunca fui presa. E em caminhada, passeata, protesto, nunca levei bordoadas. Foi uma sorte, depois é que a coisa piorou. Mas na organização eu não usava peruca nem nada, eu ficava [escondida]



atrás de um guarda-sol e falava com os companheiros, alguns eram meus colegas de faculdade. Evidentemente sabiam quem eu era, mas fingiam que não sabiam, e eu tinha ligação só com a direção da organização. Então essa era a nossa loucura. Daí nós fomos continuando com as reuniões, com as propostas, e aconteceu, em 70, sob o governo Médici [1969-1974] a pior violência que nós poderíamos ter tido: prenderam os chefes da organização, e foram prendendo os participantes um a um. Teve um momento em que eu tava numa novela [*Simplesmente Maria*, na TV Tupi], eu era estrelinha da novela e o diretor era o maravilhoso Walter Avancini – meu amigo, é uma personalidade difícil, era duro, dirigia bem, mas era muito sério e muito brabo com os atores. Mas essa foi minha segunda prisão. Na primeira vez, eu tava numa outra novela, fui presa como suspeita. Era uma novela com direção do Lima Duarte. E eles não prendiam, eles sequestravam. Nessa vez aconteceu um fato muito delicado: a Irene Ravache, que trabalhava comigo, era casada com um agente deles [da repressão] e ele era da equipe de busca. Eu conversei com ela e pedi pra ela me dar uma ajuda e tal e ela falou com ele e ele pediu pra eu me entregar. Eu decidi que não faria isso. Daí queimei livro, rasguei contato, porque eu sabia que iam me pegar a qualquer momento. Bem, o namorado dela disse que eu tinha que me entregar, eu disse que não e ele foi da equipe que me pegou. Aí eu fui levada, fiquei quatro dias incomunicável. Eu me lembro que o Lima Duarte, o diretor da Tupi, o Cassiano Gabus Mendes, grande autor, grande diretor, Walter Foster e o diretor Atílio Riccò, os quatro, chegaram lá na portaria do DOI CODI, que ficava atrás de uma delegacia na Tutoia. E na minha cela tinha uma janelinha pequenininha lá em cima. Eu dei um jeito de pular pra olhar, porque não tinha cadeira, não tinha nada, e eu vi que eles estavam lá. Eles foram perguntar por mim, porque houve a suspeita de que eu tinha sido presa, porque, embora eu não falasse nada com ninguém, as coisas acabam rolando. E a direção do DOI CODI disse que de jeito nenhum, que eu não estava lá. Depois de quatro dias eles me soltaram, eu voltei e o Cassiano me inquiriu: “Que que cê tava fazendo?”. Eu falei: “eu não tava fazendo nada, eu sou estudante, eles me prenderam porque eu sou da USP”. Fiquei numa conversa mole. Eu tinha muita certeza do que eu tava fazendo, então eu tinha uma posição de absoluto sigilo e dei uma volta pra tentar dizer que eu não tinha nada a ver com o que eles tavam falando. Aí, novamente, eu tô na televisão e aí aconteceu o



desbaratamento da organização e eu acabei sendo presa pra valer. Eu tava fazendo uma outra novela [*Simplesmente Maria*, da TV Tupi] o Walter Avancini dirigia, e eu fui à casa dele, ele era meu amigo, e contei a história pra ele, a real, e disse: “Eu tenho que fugir agora. Se não, eles vão me prender. O risco é violento, de tortura, de morte, como eles tão fazendo com todo mundo”. Avancini tinha formação política e me deu apoio. Eu tava precisando de dinheiro para fugir por terra. Eu ganhava bem na época e tirei todo dinheiro do banco através de minha mãe. Também tive ajuda, pedi pra ele [Avancini] fazer uma coleta. Eu não podia ir a banco, a lugar nenhum, eu tava escondida porque já estavam com aquela propaganda na televisão, nos aeroportos, em todos os lugares, com as fotografias dos procurados. Eu já não podia sair por aeroporto e tava combinando com os companheiros que eu iria de carro até o Chile e que de lá tentaria ir pra Cuba. A história era essa. Avancini fez um trabalho extraordinário de coleta e a gente marcou um ponto – até com meu irmão, com a minha mãe, pra ninguém me ver e nem saber onde eu morava, eu marcava ponto. E aqui tem também uma história muito bonita, porque o Avancini chegou para a equipe da novela dizendo que eu tava muito mal de saúde, que eu não ia poder continuar, que eles iam me substituir. A Ravache, que me adorava e era minha amiga, subiu nas tamancas e falou que ele era um insensível, que ele era isso, que ele era aquilo, e que não podia me substituir assim, e que tinha que contar aquela história de verdade. Ele mandou ela calar a boca e ficou por isso mesmo. Ela revoltada, porque ele não podia dizer o que ele estava fazendo. Ele foi de uma fidelidade. A ajuda secreta que ele estava me dando foi maravilhosa. Aí teve um lance maluco: eu tava num aparelho, como a gente chamava, escondida, e eu não sabia onde eu estava, porque eu era levada de olhos vendados pra não ter como indicar, para não saberem onde pegar outras pessoas que estivessem ligadas a mim. Era uma situação muito braba. Enfim, eu tava num aparelho, os companheiros saíam e eu ficava trancada num quarto, que aí o isolamento era total enquanto preparavam documento falso pra mim, pra eu poder sair de carro até o Chile. Aí... eu ficava o dia inteiro sozinha, ficava com fome, com sede, aquela confusão, pessoal trazia comida e nesse dia tava demorando a vir alguém, aí a gente tinha um sinal que era tantas batidas na maçaneta. Não tinha celular, não tinha nada disso nessa época, a nossa comunicação era por orelhão, jamais por telefone fixo, porque indicava pelos



grampos que colocavam e a gente não podia colocar ninguém em risco que não estivesse com a gente na luta. Aí, eu tava esperando o sinal, deram o sinal, abri a porta e era a repressão chegando, porque o companheirinho caiu sob tortura e sob tortura denunciou onde eu estava. Aí me pegaram, me levaram para o DOI CODI, aí a situação foi a mais terrível possível. Eles davam tiros pro alto festejando. Meu nome de guerra era Rosa, em homenagem à Rosa de Luxemburgo, porque eu tinha lido muito e gostava muito dela. E eles falavam: “Pegamos a Rosa, pegamos a Rosa!”. Aí foi uma situação gravíssima e eu em nenhum momento me revoltei contra o meu companheiro [que denunciou]. Éramos todos jovens, foi um jovem companheiro que não resistiu. Muitos companheiros que eu conheço, alguns já se foram, resistiram à tortura, mas é a situação mais violenta que você possa imaginar, a mais terrível, e eu não rejeito ninguém que denunciou sob tortura, porque eles trabalham com... a sua resistência física, trabalham com a sua dor, com o seu sofrimento e, psicologicamente, eles te arrasam até você entregar alguma coisa. Quando eles me prenderam, não tinha mais nada pra entregar, eu não tinha nada pra entregar e eles, mesmo assim... sofri as torturas como todos. Logo de cara fizeram uma acareação com esse querido companheirinho. Ele tava um trapo, tava arreventado, sabe... é... é brutal. Isso foi a ideologia... dos militares que não queriam a democracia, que não queriam o desenvolvimento do país, que não queriam a educação, a saúde, a formação das pessoas, a qualificação do nosso povo pra ser independente. Eles fizeram isso e a gente tem que falar disso, porque isso é o que tá acontecendo agora e de uma maneira muito mais perversa. Eu acho que tem que haver essa denúncia, porque a ideologia que eles defendem é a da violência, da morte, da supressão, da fome, da miséria, da desinformação, da brutalização, da alienação. A que nós defendíamos era contra isso. Saí da prisão depois de um mês no DOI CODI. Eu fui liberada junto com os outros jovens, porque nós éramos o fim do rastilho da estrutura da organização, e eles não se interessavam em nos manter presos. Nos soltaram em liberdade condicional. Nós tínhamos que ir ao DOPS uma vez por semana, porque o DOPS era outro processo. O processo do DOI CODI, é bom que se diga, era o processo de formados para tortura, era gente que era formada pra: “vai até esse ponto, porque não pode morrer. Vai até esse ponto, porque não pode apresentar provas de tortura”. Era de uma brutalidade... o DOPS já eram os policiais que praticavam isso contra



os presos comuns, o pobre povo brasileiro, que era preso, podia ser bandido ou não, mas sofria violentamente por qualquer coisa. Era apenas o senhor Sérgio Paranhos Fleury o diretor do DOPS na época. E eu fui solta em liberdade condicional, e aí eu tenho que agradecer a vida inteira a dois grandes amigos: Carlos Zara, que já se foi, e, lamentavelmente, minha amada Eva Wilma, que acabou de ir. O Zara era diretor de televisão na Tupi, ele tinha um irmão, Ricardo Zarattini, que também era da guerrilha e ele me chamou pra trabalhar, porque eu saí da prisão... Eu não contei vários detalhes, é uma história muito longa... Roubaram meu dinheiro, aquele dinheiro que eu tinha juntado pra fugir, levaram todo pro DOI CODI e eu fiquei sem ver nada, eu fiquei...

CBH: Os militares roubaram seu dinheiro?

BM: Exatamente. Eles roubavam tudo. Aliás, eu tinha guardado minhas coisas num guarda-móveis, eles foram lá, tiraram tudo que queriam: roupas, perfumes, bolsas, sapatos, móveis. Eles eram assim: predatórios. É isso que eles eram, não. [É isso que eles] são. Esse... esse grupo é assim, haja vista o que nós tamos vendo agora de denúncias. Meu Deus! Bom, o Zara sabia que eu tava mal e queria me ajudar e pediu pro Cassiano e pra direção da Tupi, pra eu ser contratada. A direção teve uma certa dúvida e o Estado Maior das Forças Armadas disse que eu não podia voltar para a televisão porque eu era uma... como é que eles chamavam?... uma “terrorista”. A palavra é essa. Eu era “terrorista” e não podia estar no ar. Mas eles [Zara e Cassiano] conseguiram dobrar [a TV Tupi] e aí eles me contrataram, mas com contrato anual. Eu antes tinha um contrato que era muito bom, ganhava muito bem, era protagonista. Eu passei pra contrato por trabalho, sessenta por cento do valor do que eu ganhava antes, mas eu achei bom demais, porque era menos, mas era bom demais. O que importava é que eu ia voltar a trabalhar e poder me suprir. Aí voltei pra novela e tinha a seguinte situação: uma vez por semana eu tinha que ir no DOPS pra dizer que eu tava viva, que eu não tava fazendo besteira e tal. E a gente gravava numa cidade chamada Carapicuíba, perto de São Paulo, e havia situações em que eu estava na gravação e tinha que ir ao DOPS até às cinco da tarde. Aí eu falava com o Zara... isso tudo era delicado... quando eu voltei pra televisão, foi muita festa, muita alegria, muito reconhecimento, carinho, solidariedade, mas a gente não deixava... a briga era pesada e



ele me liberava e botava um carro à minha disposição pra eu poder ir ao DOPS, pra poder dizer que eu tava lá. Isso foi um processo brutal, só pra vocês terem uma ideia: a situação era tão predatória, tão perversa, tão brutal, que eu andava na rua, encontrava um torturador e ele dizia: “Como vai? Tá passando bem? Você esteve aqui ontem, você falou com não sei quem anteontem”. Isso sem equipamento, sem celular, sem chip, sem porra nenhuma, desculpa o palavrão, eles cercavam e sabiam o que a gente fazia, eles controlavam pra ver o que a gente fazia, Enfim, fiquei nisso, aí fui pra Justiça Militar de São Paulo, do Segundo Exército, que prendeu a todos nós, e eu tinha que provar, depois que eu fui presa, que eu era uma pessoa normal, que eu não fazia nada, que eu não era criminosa. Quando eles me prenderam, as acusações eram suposições ou delações por gente sob tortura. Na verdade, eles não tinham nada pra me acusar e no processo tinha as acusações de que eu podia ser uma terrorista. A Eva Wilma foi [pra depor a meu favor], eu falei com ela, eu pouco conhecia ela, mas já admirava, fomos ficando amigas nesse processo todo, trabalhando junto nessa novela, ficamos grandes amigas, nossa relação era de irmãs, nos tratávamos como irmãs e eu fui pedir pra ela, muito sem jeito, se ela podia ir me defender, ser uma testemunha de defesa e entendia caso ela dissesse não, porque era muito pesado, ela falou: “com certeza, eu vou”. Finérrima, delicadíssima. Fomos pro Tribunal. Ela tava lá comigo e o acusador, militar, quando ela foi chamada pra fazer a deposição em minha defesa, eu vou ter que repetir as palavras: “Essa puta vai defender a terrorista? Essa puta desse meio que só tem drogado, viado, putas, gente imoral. Essa mulher não vai defender ninguém.” Isso o juiz acatou. E eu saí da sala e fui pra um banheiro e chorava desesperadamente pela vergonha que eu fiz minha amiga passar entrando nesse ambiente. Ela saiu, eu pedi milhões de desculpas e conseguimos através do advogado um recurso pro Superior Tribunal Militar. Era o Tribunal Militar que julgava a gente. Aí o Superior Tribunal Militar era aqui no Rio de Janeiro e um ano depois eu fui levada a eles e eu tive que olhar pra cara dos homens que passaram pelo SNI [Serviço Nacional de Informação], que eram os julgadores do Superior Tribunal Militar, Syzeno Sarmiento, e gente dessa laia. Aí o meu advogado foi extraordinário, e como não havia nenhuma prova de que eu era uma criminosa, eles me deram a liberdade, sendo que eu ficava inscrita na Lei de Segurança Nacional. Então fiquei livre, *pero no tanto*: eu não podia me inscrever em nenhuma



universidade pública (foi interrompido meu estudo na USP), não podia viajar pra fora do país, não podia, não podia, não podia. Eu tava sendo vigiada, inscrita na Lei de Segurança Nacional. Esse é o resultado dessa primeira parte que foi a luta armada. Eu saí bastante machucada, psicológica e fisicamente, eu saí com o apoio da família e desses grandes amigos, com a força pra lutar, resistir, passar por isso e continuar e o Zara foi magnífico, me deu a volta pra televisão. Aí eu voltei a atuar, mas evidentemente o bicho não fica quieto, tinha tudo mexendo lá dentro de mim. E em 74 eu fui chamada pra tv Globo, e a Globo me oferecia muito mais do que a Tupi. Aí eu vim pro Rio, entrei na Globo, como uma estrela e tal... mas o bichinho lá... eu tava procurando caminhos e aí o caminho sindical... fui pro Sindicato dos Artistas e comecei a participar e me envolver com a regulamentação da nossa profissão, porque nós não éramos artistas. Veja a loucura... na minha carteira de trabalho tá escrito comerciária e eu dizia: “mas eu não sou comerciária, eu sou artista.” Então, tava lutando pela regulamentação, pelas lutas libertárias, contra censura, aí começava a lutar pelos nossos irmãos indígenas, que são meus irmãos mesmo, lutava pelas mulheres, pela população negra, qualquer luta que aparecesse eu tava dentro, lutava pelos irmãos latino-americanos que tavam sofrendo, não era o trabalho de atriz que bastava, eu tava no estrelato, mas achava ótimo, fazia o meu trabalho, ia lá gravava e ia pra rua, tinha que participar. Eu sempre tive essa loucura, aí, nessas lutas todas, fomos pra luta da anistia, pra luta da regulamentação, conseguimos a regulamentação da profissão, não a mais próxima do ideal, mas a possível, e fomos reconhecidos como profissionais. Eu tenho muito orgulho que na minha carteira de trabalho está escrito que eu sou atriz. Eu tenho uma profissão de atriz e junto com isso, a luta da anistia, que nós continuamos. E a Anistia foi ampla, geral e irrestrita? Não. Foi parcial, pequena e absolutamente restrita, porque só identificaram os criminosos entre aspas que éramos nós, e não aqueles que nos torturaram, nos mataram, seviciaram, fizeram tudo com a gente.

CBH: Bete, como foi o seu engajamento na luta pela anistia? Foi por meio do sindicato? Você se juntou a algum dos CBAs [Comitês Brasileiro de Anistia] que formaram na época? Como foi?



BM: Eu tava atuando no sindicato. Tínhamos as defesas libertárias, inclusive contra a tortura, mas junto com isso tavam se formando os grupos... então tinha o Comitê Nacional pela Anistia, o Comitê das Mulheres pela Anistia e eu e meus companheiros, o amado Mário Lago e outros companheiros, fizemos o Movimento dos Artistas pela Anistia, e fazíamos reuniões com vários artistas e fazíamos debates, discussões. Eu e o amado Mário Lago, nessa casa em que eu moro desde então, nesse apartamento [no bairro Peixoto, em Copacabana, no Rio de Janeiro], eu e ele, sozinhos na sala, escrevemos os documentos dos Artistas, eu ficava muito prosa. Era redigido pelo Mário Lago e por mim. Eu falei gente: “é muita coisa pra mim”. E nós fazíamos essa luta, participávamos... Quando eu entro, eu entro de cabeça, eu entro mesmo, eu mergulho. Só pra vocês terem uma ideia, o Marcelo Cerqueira [advogado de presos políticos e deputado federal na altura da campanha da anistia], quando a gente tava na campanha pela Anistia, a gente tinha visita aos presos na [penitenciária] Frei Caneca. Eu não podia ir porque eu tava inscrita na Lei de Segurança Nacional. Então os outros artistas foram e o Marcelo Cerqueira falou: “você vai comigo e com o Dinarte Mariz [então senador do Rio Grande do Norte pela Arena]”. Eu falei: “eu não, com este canalha, reacionário, eu não vou”. Aí ele falou: “calma Bete, calma, calma, o buraco é mais embaixo, você vai sim, porque eles tão junto com a gente, aliados circunstanciais, mas tão, e tem que ser com ele que você vai. Vamos eu, você e ele pra visitar os presos, se não, você não vai”. Então eu falei: “então tá”. Aí eu fui com os dois, com raiva...

CBH: Então pra você foi duro entrar nesse espírito de frente ampla e ter que lidar com figuras que não estariam espontaneamente no seu *hall* de aliados?

BM: Muito. Foi um aprendizado, foi duro, mas foi um aprendizado, que se completou mais quando eu fui eleita deputada [Bete Mendes foi eleita deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores na legislatura 1987-1991]. Foi aí que eu vi... quando eu digo “o buraco é mais embaixo”, é mais embaixo mesmo. Eu tive esse aprendizado com o Marcelo e a gente continuou a campanha até que conseguimos essa... anistia parcial.

JS: Bete, você quer falar um pouco mais pra gente sobre o que você tá querendo dizer com “o buraco é mais embaixo”?



BM: Pois não. É porque... eu vou tentar sintetizar o que eu sinto. Quando nós tivemos toda a repressão da ditadura militar, houve a marcha da família com Deus pela liberdade, pela paz, etc. E eles fizeram – uma parte da Igreja e seus fiéis – uma lavagem de cabeça brutal. As pessoas iam e davam contribuição [financeiras] e faziam essa marcha que era contra nós, que éramos os “terroristas”. Outro exemplo [da adesão à ditadura] foi quando a gente entrou na campanha da anistia. Vocês não têm ideia. Os instrumentos legais de comunicação, os jornais, as televisões, as rádios... eram todos contra nós e só foram aos poucos embarcando na nossa quando perceberam que íamos ter sucesso. Não é só o capital, o dinheiro. A formação cultural, educacional e a informação da população fazem essa diferença. A repressão era tão violenta que, aqui no Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* era um dos poucos jornais que tinha um apoio razoável pra gente, e teve épocas que eles não podiam publicar nada. Então eles começaram a publicar, se não me falha a memória, receitas que eram de mentira e, em São Paulo, o *Estado de São Paulo*, embora um jornal reacionário, direitoso, ele queria botar as informações e não podia, então eles botavam poemas que eram meio tortos, e o *Jornal da Tarde* fazia a mesma coisa. Então era uma situação de repressão à comunicação, porque as informações eram negadas, só era informado ao país o que eles quisessem que fosse informado. Quando eu fui presa, não aconteceu nada, nenhuma nota, nada. E depois teve uma notinha desse tamanho, quando eu fui julgada no STF. Então vocês vejam aonde chega o buraco, porque a gente vai perdendo a noção do que é real e do que não é. E quando eu falo desse buraco ser mais embaixo, quando eu fui pro Congresso, em 83, eu comecei a entender que o Congresso Nacional era um palco, um retrato, uma janela do Brasil, com todas as suas contradições e com o poder econômico mandando mesmo, mesmo. Tinha deputado que era dono de banco e todos os eleitores dele eram os funcionários do banco e suas famílias e os agregados. Então comecei a ver essa situação gravíssima e aí por isso que eu falo, tentando sintetizar, o buraco é mais embaixo.

CBH: Bete, nos debates parlamentares em torno da lei de anistia proposta pelo governo [João Figueiredo, 1979-1985], existia uma grande convergência entre deputados da Arena e do MDB em torno da ideia de reconciliação. Eles usavam imagens e expressões comuns



como “olhar pra frente”, “não nos prendermos no passado” e cuidar pra não virar “estátua de sal” [referência bíblica à esposa de Ló, que preferiu deixar de olhar pra frente e contemplar a salvação para olhar pra trás e contemplar a destruição e a morte]. Muitos recuperaram o Rui Barbosa, que aproximava anistia de amnésia. E essa abordagem centrada na noção de futuro não frequentava só o Congresso. Na altura da transição, quando se criavam os novos partidos, as agendas da tortura, das mortes e dos desaparecimentos da ditadura não mereceram atenção especial de nenhum deles, nem mesmo do PT [Partido dos Trabalhadores]. Era muito comum que se visse como passadistas as denúncias de violência da ditadura. Eu queria saber como esse tipo de abordagem era recebido por você naquele momento. Depois de passar pelo que você passou, como você lidou com a ideia, que se tornou quase um mantra político, mesmo entre setores da esquerda, do “olhar pra frente”? Como você lidava com a marginalização da atenção ao problema da violência da ditadura?

BM: Lidava muito mal, Cristina. Eu achava um absurdo, achava que não era o caminho. Esse era o meu sentimento, era a minha posição. E nos nossos debates nós discutíamos e brigávamos muito. Era muito legal, era uma briga muito gostosa, porque era debate de ideias, de posições, de como contornar, de como avançar e eu fui... acabei sendo – como é que eu vou dizer? – constrangida a aceitar, porque não havia outro caminho. Na verdade, eu era contra. Eu achava que a gente tava numa posição de limitação e o que você comentou sobre os partidos é muito interessante. Os partidos, quando saíram do MDB e da Arena – e eu fui, do meio artístico, nas reuniões, uma das primeiras a apoiar a criação do PT, e fui fundadora do PT com muito orgulho – os partidos tavam respondendo a uma situação de não liberdade, de não condição de trabalho, disso e daquilo, mas não tavam com a consciência de tudo isso que a gente tá colocando aqui nessa conversa. Há mais ou menos dez anos eu alerto, temos que ter atenção para o executivo e legislativo, executivo e legislativo, porque nós ainda temos uma cultura de dominação do rei, é o rei ou o príncipe que mandam, e os outros são... sabe... assessores, e eu falei: “gente, o poder legislativo, principalmente depois da Constituição de 88, a nossa Constituição cidadã brilhante, ele tem uma responsabilidade e tem um peso que vocês não podem



desconsiderar”. O maior exemplo foi o golpe de 2016 com o impeachment absolutamente fraudulento, criminoso da Presidenta Dilma Rousseff. Quem eram os representantes? Eu falei da imprensa toda que foi solapada, foi proibida, não cheguei a falar de jornalistas que foram expulsos, foram presos etc e tal. Bom, essa mesma mídia, a tv Globo, o Jornal Globo, que sempre se posicionou com o poder, principalmente o poder ditatorial, no dia da votação do impeachment da Dilma, em 2016, que era um domingo, suspendeu seus programas milionários de auditório pra acompanhar a votação. Ela [a Globo] fez aberta essa votação. Gente, que que é isso? Que que é isso? Vamos pensar nessa comunicação, em como ela interfere no pensamento do povo brasileiro, no sentimento, nas ideias que ele pode ter. Naquela sessão eu vi um dos piores espetáculos de terror da minha vida: “por Deus, pela família eu voto a favor [do impeachment]”, “pela minha cidade, pela minha igreja eu voto a favor [do impeachment]”. Noventa por cento dos discursos eram assim. O pior de todos foi o deputado Brilhante... o [então] deputado [Jair] Bolsonaro que fez uma homenagem a [Carlos Alberto] Brilhante Ustra, meu torturador e torturador da Presidenta Dilma Rousseff. Ele cita a Dilma e cita o Brilhante Ustra pra dizer que era a favor do impeachment. Se eu estivesse no Congresso, e não era nenhum desejo estar, eu teria uma briga hercúlea e perdida, porque eu iria pra mesa naquele momento e ia pedir uma Comissão de Inquérito para o deputado que citou um torturador contrariando a Constituição na hora do seu voto. E tinha que ter havido essa manifestação, eu aplaudi e aplaudo Jean Willys [que, na sessão de votação, cuspiu na direção de Bolsonaro depois da sua declaração de voto], mas tinha que ter havido essa reação, porque ele cometeu um ato de violência contra a Constituição e contra o seu mandato como deputado. Isso poderia levar a um processo e até a uma cassação. E o que que nós fizemos? Nós, o Congresso Brasileiro, a sociedade brasileira: elegemos esse canalha. A gente pode falar: “eu não”, mas ele foi eleito, ele foi eleito presidente. Então, essas são as limitações que a gente tem. Vou te dar um outro exemplo, eu tinha saído do PT, porque eu fui ao Colégio Eleitoral e tava no PMDB, e o Ulysses Guimarães era o meu presidente do partido e fomos votar a anistia para os militares que não tinham sido anistiados, quer dizer, cabos, soldados, eram os pequinhos, né?... aí o PMDB e os outros partidos votaram contra, aí eu cheguei pro doutor Ulysses no plenário e falei: “doutor Ulysses, com todo respeito ao senhor, eu vou



lhe dizer que eu vou votar a favor e vou brigar por eles, porque eles têm esse direito que está sendo negado pelo partido”. Ulysses respeitou e não foram aprovadas, não foi aprovada a anistia pra eles, eram famílias de soldados, cabos, sargentos, famílias que estavam lá onde eles não tinham nome, não tinham identidade, não tinham endereço, não tinham trabalho, porque eles perderam a identidade e as famílias não tinham comida, essa é a realidade. Isso já foi em [19]84, [19]85, foi por aíⁱⁱ. Ele [Ulysses Guimarães] não me falou diretamente, ele mandou um recado pelo líder do partido, aí eu respondi pelo líder do partido que a minha voz era voz... era a voz de milhares de votos que eu tinha tido e a minha voz não podia ser calada pela voz de um torturador. E fui pro plenário e li o documento que eu escrevi porque a denúncia da tortura eu fiz por carta pro Sarney e o Sarney acatou e eu mandei publicar [em 17 de agosto de 1985] e aí o Leônidas Pires Gonçalves, que muita gente gosta dele, era o Ministro do Exército, e ele fez um depoimento pra mim nos jornaisⁱⁱⁱ dizendo que eu era uma mentirosa, uma safada e aí eu ia responder e o Ulysses me pediu pra não tocar no assunto e eu falei que ia tocar e fiz um discurso metendo bala neles e dizendo que as Forças Armadas louvam aqueles que se dedicam a defender o país, as suas fronteiras, a sua estabilidade democrática e o Congresso e vilipendiam e repudiam e acusam aqueles que usam esses uniformes pra torturar, matar. Foi assim o discurso e foi muito bem recebido. Agora, por que o Ulysses pediu que eu não tocasse no assunto? Aí entra a questão da política dos partidos e do poder. Era uma situação delicada, realmente era. Quando eu denunciei o Brilhante Ustra, amigos meus, companheiros de luta da anistia principalmente, me perguntaram: “Você não tem medo do efeito Márcio Moreira Alves?”^{iv}, falei: “tenho, mas eu não posso me calar. Eu acho que pode voltar a acontecer, sim, pode, mas eu acho que há perspectiva mínima de não voltar a acontecer, só que eu tenho dúvida”.

CBH: Bete, então, o medo de um retorno autoritário que você acaba de mencionar era muito presente pra você e seus colegas parlamentares?

BM: Muito, como é agora. Nós estamos vivendo o mesmo filme. Na época [do encontro com Brilhante Ustra], falei pra uma amiga com quem eu conversei muito: “eu só tenho duas alternativas, ou omitir e aí eu fecho com ele e o governo que o premiou como adido



militar no Uruguai ou eu denuncio porque é meu dever, então eu vou pra isso”. Felizmente não aconteceu [que a denúncia tenha detonado um retorno autoritário], mas havia o receio. E, quando o Ulysses pediu pra eu não replicar o general Leônidas, eu entendi a intenção dele. Era pra ter uma certa conversa [com os militares], mas eu falei: “comigo não dá”. Porque era uma situação minha, eu fui denunciada pessoalmente.

CBH: Bete, antes disso tudo você já tinha se imaginado produzindo uma denúncia pública dessa envergadura ou você foi pega de surpresa pelas circunstâncias e se viu nesse papel de denunciadora sem nunca ter antecipado essa possibilidade?

BM: Na verdade, eu queria, como todos nós queríamos, até pra identificar perante a nação brasileira quem foram os criminosos na história, só que nós não tínhamos nem apoio, nem força e nem coragem, porque era arriscadíssimo. Você fazer uma denúncia dessas corria risco, sim, até porque, durante esse período todo eu recebi ameaças em casa. Ligavam pra mim de madrugada, de manhã, ligavam falando horrores, ameaças de morte, ameaças de violência, era uma tortura. Eu comprei uma secretária eletrônica, numa época em que isso era uma coisa rara. Ela era um caixote grandão, com aquelas fitas de rolo, e a gente acoplava ela no telefone, deixava numa sala, colocava o som baixo e ia dormir, senão não dormia. Eu não atendia o telefone a noite, porque geralmente eram ameaças que vinham por telefone. Isso foi assim desde a liberação da prisão [1970] até início ou final dos anos 80. Então eu tinha essa vontade, como muitos de nós, mas não tínhamos condições e a palavra coragem é real, a gente não tinha coragem porque nós seríamos loucos de nos arriscar sem ter um apoio até pra comprovar. E a gente era perseguido na rua, em casa, em todo lugar. Cê imagina que, quando eu era deputada, o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, que passou a coronel, ganhou um prêmio. Ele morava em Brasília e eu era deputada por São Paulo. A cada vez que eu ia pra Brasília eu tinha o cuidado de olhar os passageiros, porque se ele estivesse no avião, eu trocava de voo. Era assim.

CBH: Bete, como foi sua convivência num ambiente em que se falava tanto de reconciliação, de “olhar pra frente”? Imagino que na posição de deputada você precisasse fazer concessões a esse tipo de discurso. Quando, por exemplo, você se reporta ao Ministro do Exército no discurso que fez na Câmara, você sentiu necessidade de dizer



que você nunca se colocou como “vítima” e que você nunca abraçou uma posição “revanchista”. Você se viu constrangida, suponho, a se apresentar como uma figura fiel à nova democracia porque parecia pairar no ar a suspeita de inimigo da democracia sobre todos aqueles que falavam do passado (que, aliás, nem era tão passado assim naquela altura). O “revanchismo” parecia uma espécie de grande fantasma que pairava e do qual era importante se afastar, marcar posição contrária. Então, você caminhava ali num equilíbrio delicado porque – e aqui sou eu me arriscando a ler seu pensamento (risos) – não acreditava nesse negócio de “revanchismo” e achava importante colocar o dedo naquelas feridas ainda bem abertas da ditadura. No seu discurso, você lembra da lei da anistia sem arriscar críticas a ela, mas demarcando os seus limites. Diante da acusação contra Ustra, você disse que “muitos evocarão a Lei da Anistia” e continua: “lembro, porém, que a anistia não tornou desnecessária a saneadora conjunção de esforços de toda nação com o objetivo de instalar uma nova ordem política no país” [“A Carta de Bete Mendes ao Ministro do Exército”, *Jornal Última Hora*, 24 de agosto de 1985]. A sensação que eu tive é que você estava ali se equilibrando numa certa corda bamba. Você tinha que fazer uma concessão ao discurso dominante da reconciliação – sempre muito refratário ao tal “revanchismo” – ao mesmo tempo em que você queria demarcar seu afastamento dele porque você achava importante poder falar do passado. Não sei estou fazendo inferências muito grandes. Adoraria que você reagisse a isso tudo que eu disse. Você se reconhece nisso que descrevi? Apenas em parte? Não se reconhece de todo?

BM: Cristina, você colocou lindas palavras pro que eu sentia, porque era uma tensão, não só na anistia, quando discutimos muito, brigamos muito, sabe aquela briga verbal? A gente dizia “não, isso não dá”, aquelas loucuras, mas tinha horas que tinha que engolir. Não só eu, mas alguns companheiros, que éramos de uma posição mais... não é radical, uma posição mais de enfrentamento ao que nos era oferecido. E tinha os outros que achavam que aquele era o único caminho e acabou. E no Congresso, quando eu me deparei com essa situação... e aí entram outros elementos que a gente pode citar agora, do feminismo. Quando eu fui eleita éramos apenas oito deputadas, num universo de quase quatrocentos, depois aumentou o número de congressistas e das oito éramos duas do PT.



Eu e a deputada Irma Passone, e nós éramos apenas oito num universo imenso e tem alguns detalhes interessantíssimos. Eu comecei a usar uns *tailleurs* com calça porque, acredite se você quiser, debaixo daquelas escadarias vazadas em alguns lugares do Congresso, tinha velhinho funcionário do Congresso e velhinho parlamentar olhando as mulheres com as saias subindo. Chegava a essa coisa ridícula, quase bobinha, os véinho olhando pra ver a calcinha, pra ver não sei o quê e o tratamento para a mulher era da maior violência possível. Eu enfrentei alguns embates muito pesados com os machistas, aquela loucura dos violentos. Mas o que você falou, é isso mesmo, eu fui pro Congresso pra tentar contribuir pra luta que eu quero, continuo querendo, que é a luta de libertação, de democracia, de crescimento, de tudo pro nosso povo, que eu amo de paixão. Agora, me deparei com esse universo que eu coloquei. Por isso que eu brigo muito pela eleição legislativa... para o legislativo porque as pessoas não se dão conta que, se você tem a maioria no Congresso, você tem um instrumento de negociação e de poder o maior possível, porque a mesa diretora, inclusive essa nomeada pelo facínora, ela responde ao poder e ela é poder, e a maioria da casa legislativa é o poder. E as pessoas não percebem isso. Aí fica muito difícil. Eu falo, eu quero eleger o Lula, vou fazer campanha pro Lula, mas eu quero um Congresso progressista majoritariamente. Eu não quero os piões da igreja evangélica neopentecostal, nem do banco, nem da bala, nem do boi, porque são eles que tão em maioria hoje no Congresso. Naquele momento, isso já se desenhava, não de uma forma tão dominadora. No pós-anistia, nós estávamos com uma esperança de poder trabalhar melhor as questões nacionais para reconstruir os caminhos quebrados do país, mas tinha essa tensão que eu comentei e eu me sentia no dever da função pública, muito cansada, com muita tristeza, e tendo que ter muito gás pra continuar, todos os dias. Tinha momentos aonde o baque era maior e havia momentos em que a gente dizia: “vamos reagir, vamos reagir”. A ideia do vamos pra frente, vamos construir, vamos esquecer o passado, é muito presente no discurso safado que nos dominou e nos impôs esse comportamento. As nossas participações no Congresso eram as mais difíceis, porque a gente era minoria, uma minoria que foi crescendo, que foi sendo combativa, mas a maioria é que dava as cartas: “é assim que vai ser, os caminhos serão esses.”



CBH: Bete, quando eu tava investigando as repercussões do seu encontro com o Ustra, eu busquei também a imprensa uruguaia e vi que lá também foi noticiado. O jornal *La Hora* anunciou o caso com a seguinte manchete: “Cresce no Brasil o clamor pela justiça para os que violaram os direitos humanos”. A partir do que você me diz aqui, eu posso concluir que o tal “clamor por justiça no Brasil” era mais um desejo do jornalista do que uma realidade de fato?

BM: Na minha impressão, não crescia, não. O que eu acho que foi importante da minha denúncia é que com ela eu revelei o primeiro torturador para toda população, porque nós conhecíamos os torturadores. Vários seguimentos da sociedade organizados em movimentos de anistia, movimentos sindicais, movimentos de trabalhadores também conheciam, mas a sociedade não conhecia e eu escancarei e foi o primeiro a ser reconhecido como tal. Eu acho que isso foi importante, mas não crescia. Agora, eu quero cumprimentar o jornalista pelo seu desejo, pelo que você falou. Temos no Uruguai um extraordinário companheiro que foi o José Mujica, o Presidente do Uruguai, que foi preso político também e participou também de uma organização revolucionária, nosso extraordinário Mujica.

CBH: Bete, a gente já falou muito sobre o momento posterior ao seu encontro com o Ustra. Se não for muito penoso pra você, eu gostaria que você falasse sobre o encontro propriamente dito. Quer dizer, sobre como foi, sobre como você se sentiu. Você tinha alguma expectativa de que esse encontro pudesse acontecer? Você sabia sobre o posto do Ustra no Uruguai ou você foi completamente surpreendida?

BM: Olha, foi um susto de terror. Eu não sabia, de jeito nenhum. E por que não sabia? Porque os governos militares e os governos que os substituíram, inclusive [o governo José] Sarney, tinham adidos militares que eram representantes da Casa Militar na Embaixada Brasileira, porque a Embaixada Brasileira tinha o representante da Casa Civil, o da Casa Militar, etc e tal. E tudo isso era nomeado pelo Presidente e esse facínora, matador, estuprador, torturador, ele foi nomeado no governo anterior ao do Sarney e ele estava lá e ele estava pra voltar [para o Brasil], acredite. Ele tava no fim [do mandato], porque outro ia ser nomeado para a posição dele. Mas o prazer da tortura é maior. Quando



nós descemos do avião, com todas aquelas pompas de... um país recebendo o outro, os representantes todos lá e nós nos postamos para os cumprimentos formais, né? Um aperta a mão do outro, Brasil, Uruguai... e eu dou de cara com ele. Eu tenho uma saúde forte, graças a Deus

CBH: Ele sabia que você estaria lá?

BM: Ele sabia, eu não. Eu levei um choque. Ele estendeu a mão, eu apertei a mão e fui pro hotel e passei três ou quatro dias sem dormir, tomando banho de água fria, porque eu estava em pânico, em pânico. Aí fomos para as cerimônias, fomos pro Congresso Nacional Uruguaio e lá tivemos o Presidente de então [Julio María Sanguinetti] e o nosso Presidente de então [José Sarney], todos em conagraçamento. E eu fui eleita por todos pra ser a oradora dos brasileiros para os uruguaios e eu fiz o discurso pra eles em nome de toda a irmandade dos povos, da busca democrática, aquelas coisas formais. Daí fomos pra uma cerimônia onde tinha cinco mil brasileiros e uruguaios, grande, e o dito cujo me apresenta a mulher e diz que ela gostaria de conversar comigo, se afasta um pouco e a mulher aperta minha mão, pega minha mão assim e diz: “eu queria que você soubesse que eu sempre apoiei tudo que ele fez”. Aí eu larguei a mão, saí da reunião e fui pra um outro lugar. Alguns deputados me acompanharam e eu revelei o fato e tomei um porre, mas não fiquei de porre, porque eu tava em tensão, eu fui pro hotel, fiquei novamente no banho frio e fiquei pensando sobre a denúncia. Na verdade, desde o primeiro encontro eu comecei a pensar no que eu poderia fazer de correto. Era a primeira viagem de um governo não militar para um outro governo não militar na América Latina. E era a primeira viagem livre, com as limitações da liberdade da época e dos governos. Então [se eu denunciasse durante a missão a oficial], eu iria simplesmente jogar um vulcão de destruição, porque toda a mídia ia vir para a denúncia, evidentemente, e os governos iam ficar sem saber responder e ia mudar tudo. E eu achei melhor chegando ao Brasil denunciar. Essa foi minha decisão. Precisei tomar uma decisão equilibrada, e não no ímpeto. Aí eu fui pensando, pensando e conversando com os amigos. No dia do porre tava o meu querido Miguel Arraes, tava o Bocaiúva Cunha, grandes amigos progressistas, e eles falaram que me apoiariam no que eu fizesse. Qual era o grande problema da



denúncia? Nós tínhamos uma Comissão de Relações Exteriores, da qual eu fazia parte como suplente, e não como titular, mas vejam... o que é a tal história do buraco mais embaixo... Nós estávamos com um governo substituindo os militares, mas não era da autonomia da Comissão de Relações Exteriores questionar ou discutir a presença de nenhum funcionário da Presidência da República, nem do Ministério das Relações Exteriores em postos nos outros países. Era tudo secreto, era tudo dominado. Então, a denúncia na Comissão de Relações Exteriores, por mais que eu acho que ela tenha sido importante... nós caímos violentamente porque a reação veio pesadíssima, como veio pesadíssima a reação da direita nazifascista no plenário quando eu fiz a denúncia. Então, só se a gente pudesse criar imagens ou eu delinear escrevendo como era o ambiente, que era assustador. Eu fazendo a denúncia e os deputados vindo e me jogando no lixo, me batendo e os deputados que vinham em minha defesa, eles também batiam. Alguns jornalistas fizeram artigos maravilhosos, poucos que puderam ser impressos, na Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, poucos, e o Globo, aquela coisa do Globo, ele fez a maior cobertura, botou a minha denúncia pro Sarney na íntegra, na íntegra a carta do Ministro do Exército e na íntegra a minha resposta. Foi o único jornal que publicou na íntegra todos os textos, os outros jornais deram muitas matérias, mas não publicaram na íntegra. Então, é isso que eu decidi, que ia denunciar quando chegasse. Eu tomava banho frio e muito café sem açúcar, aquelas coisas bem básicas que a gente faz, eu não tomo nenhuma bola nem nada disso, só bebo pra esquecer. Aquele porre que eu tomei de vinho foi bom. Mas é... eu fiquei inteira, eu fiquei firme, porque alguma coisa veio de lá de trás ou da luta que eu seguia que me botou firme e vou te dizer mais, eu não vou lembrar o nome do Presidente do Uruguai da época [Julio María Sanguinetti], mas na despedida eles foram ao aeroporto, inclusive o facínora e a mulher, foram se despedir, todos e o Presidente virou pra mim e me disse quase sussurrando, uma palavra baixa: “não seja tão radical na sua oposição”. Ok? Esse era o prato que a gente tinha na mão. É com esse prato que a gente vai ter que lutar, fazer comida, comer, continuar, eu saí de lá em choque. Eu no avião conversei muito com os queridos companheiros e chegando aqui eu fiz a denúncia. Por que que o Presidente do outro país vem me dizer isso na lata? O adido da Casa Civil que tava com a gente, que era um jovem bem jovem, eu conversei muito com ele e ele me



disse que soube, mas não tinha como me avisar. Sabe essas coisas... tudo foi assim, armado, não era armado para o encontro, o Sarney não sabia quando me convidou, acredito, e o rapaz que estava sabendo de tudo dizia que não tinha como me comunicar, sabe... eu era só uma deputada... era só... não tinha como ele me comunicar, é absurdo, mas era esse o cerco, assustador. Eu acho que eles esperavam que eu fosse na viagem, a verdade é essa.

CBH: Bete, você poderia também comentar a reação do Sarney? Como foi a ligação do Sarney para você? O que vocês conversaram? Como que ele recebeu essa denúncia?

BM: Olha, eu cumpri a ordem protocolar: eu fiz a denúncia por carta a ele e tinha que esperar a resposta dele ou pelo menos vinte e quatro horas pra botar a público. É o protocolo de respeito entre os poderes, que hoje não tem mais nenhum, só tem facínoras, batendo, brigando, derrubando, quebrando e mudando lei trabalhista, tudo que vocês quiserem. Aí eu esperei e ele ligou pra mim, eu atendi e ele falou: “minha filha, por que que você não me avisou?”. Eu falei: “Presidente, eu não tinha como fazer isso, porque era uma situação que iria comprometer a sua viagem, o nosso relacionamento com o povo uruguaio”. Ele falou: “mas eu não tinha ideia de que isso tivesse acontecido, que você tivesse passado por isso, fique tranquila, vou tomar providências.” Em nenhum momento ele falou de não publicar, de não revelar. Imediatamente eu liguei pro meu gabinete, eu tava aqui no Rio, eu liguei pro meu gabinete e eles divulgaram pra toda mídia a notícia. Eu acho que o Sarney foi de uma postura muito correta comigo e ele teve uma atitude razoável, vou explicar porquê. Quando ele [Ustra] foi alçado a Coronel, como adido militar, que é um posto de diplomata, ele estava postulando ir para o generalato na reserva, ele queria ser promovido a general na reserva. Que que aconteceu? Isso melou. Na época era assim, os militares para se promoverem a general e tal, eles precisam mandar pro Presidente assinar, mas o Sarney não assinou e o Ustra continuou coronel. Eu acho que foi razoável a posição dele e aí o Ustra escreveu um livro, *Rompendo o Silêncio*, o nome é lindo, eu não li, ele distribuiu pra todos os parlamentares do Congresso Nacional, menos pra mim, só pra mim ele não distribuiu. Inclusive [José] Genoíno e outros companheiros receberam o livro. E a mídia veio célere. Evidente, né? Aí eu falei: “eu não tenho mais



nada a dizer, não li o livro, não vou ler, não recebi e tudo que eu tinha a dizer foi dito nessa denúncia, nessa data e nessa denúncia”. Por que que eu mantive essa postura? Pela minha formação de luta política e porque eu não queria dar louros, nem desviar a discussão para os quereres do chamado coronel que queria ir pra general. Seria assim maravilhoso... na mídia... a torturada e o torturador discutindo, que palhaçada é essa? E eu veti. E os jornalistas me contaram uma coisa extraordinária, não sei se é real, que no livro ele disse que eu o denunciei porque eu era apaixonada por ele. A loucura chega a isso. Aí ele continuou como coronel e por que eu cito essa atitude do Sarney? Porque eu tinha um grande amigo que me ligou anos depois, já em [19]89, contando que ele [Ustra] tava na lista, que toda hora ele subia na lista para ser general e havia resistência do Poder Executivo e ninguém o nomeou general e ele morreu como coronel. Ele era conceituadíssimo como um excelente militar.

CBH: Bete, você chegou a comentar um pouco sobre o ambiente muito hostil que você precisava enfrentar ali no Congresso. Além dessa reação dos militares, eu pude reconstituir pela imprensa que também teve uma reação do Curió [Sebastião Rodrigues de Moura], que apresentou uma lista de nomes dos chamados “terroristas” ocupando cargos públicos. Ele fez isso como uma espécie de resposta à sua acusação. A mensagem era mais ou menos a seguinte: se “terrorista” está em cargo público, por que os torturadores, os nossos terroristas, também não podem estar? Eu gostaria de te ouvir um pouco sobre esse outro episódio. Foi um momento muito cheio emoções pra você, né? Além da reação militar oficial, teve essa outra... extraoficial e vinda de um colega de ofício seu [Curió era deputado federal na mesma legislatura de Bete Mendes].

BM: Olha, o Curió e vários outros tiveram essa postura. O Genoíno, a quem eu quero muito bem, gosto muito dele, do querido companheiro deputado José Genoíno, foi violentamente atacado pelo Curió, mais do que a mim. E Genoíno foi pra tribuna [da Câmara] e saiu em minha defesa violentamente atacando o Curió. Agora, vejam o que eu falei, não quero ficar me repetindo, nós estávamos sob a Constituição feita pelos militares. A Constituição de [19]45 foi destruída por eles em [19]64 com os atos institucionais. Então essa Constituição [de 1967] é que era a Carta Magna no momento. Não houve



nenhum problema com o Curió. No Congresso não aconteceu nada, nada. Vejam o que eu falo. Desculpa eu ficar tão revoltada. Por que não aconteceu nada? Ele [Curió] podia acusar, podia fazer tudo. O criminoso Sebastião Curió, que ele era torturador igual ao Brilhante Ustra, aliás, quando eu falo do Genoíno, é com muito admiração, porque ele foi torturado pelo Brilhante Ustra, como eu, e pelo Curió. E ele antagonizou com o Curió no Plenário da Câmara em minha defesa e em defesa da gente. Esse dia eu fiquei muito emocionada, muito.

CBH: Bete, se você me permite voltar um pouco no tempo, eu gostaria que você contasse para a gente sobre o momento de formação do PT, quando o Lula [Luiz Inácio Lula da Silva] te aborda e fala: “Você vai ser candidata?”. Quer dizer, não foi uma candidatura de moto próprio, né? Você pode falar sobre isso e também sobre como foi, pra você, vinda da luta armada, essa passagem para uma “luta”, digamos, institucional.

BM: Cristina, pra mim, as coisas foram acontecendo sempre em busca, sempre na minha busca e na minha luta: a luta sindical, a luta pela anistia, a luta dos movimentos negros, movimentos feministas, movimentos dos povos indígenas, movimento dos companheiros latino-americanos, que estavam sofrendo sob as ditaduras, movimento em defesa de Cuba, em todos esses movimentos eu participava direto. Eu não podia ficar quieta, eu tinha que participar. A questão era estar ativa na participação e, quando a gente foi pra fundação do PT, antes dela tinha estado como atriz apoiando as greves do ABC. Na greve de [19]78 eu tava lá, na de [19]79, eu tava lá, na de 80, eu tava lá. Eu tava em todas as greves e fiquei muito amiga dos metalúrgicos, do Lula, da Marisa [Letícia Lula da Silva], de todos eles. Nós estávamos já postulando as possíveis candidaturas e um grande companheiro falou que eu devia ser candidata e eu falei: “nem morta”, porque eu nunca pensei. A verdade é que eu já fui convidada a ser candidata a presidente do Sindicato dos Artistas de São Paulo, presidente do Sindicato dos Artistas do Rio e eu falei “não”, porque eu quero ficar militando, eu não quero essa titularidade e nessa época nem pensar, não tinha... não entrava na minha cabeça ser deputada. Eu queria estar na luta. Nós tínhamos um núcleo de formação do PT que era de artistas e jornalistas e intelectuais. Eram do nosso núcleo, pra minha honra, e louvando e sentindo falta, Lélia Abramo, Perseu Abramo,



Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos. Nós éramos desse núcleo, e a gente discutia muito, debatia muito e tal. Aí, nós tamos num carnaval, na quarta-feira de cinzas, eu tava em Santos na casa de minha mãe, descansando, não tava brincando carnaval, só descansando, e recebi a notícia pela televisão de que o Luís Travassos tinha morrido num acidente de carro. Foi uma tristeza, uma barra, que ele era um grande e querido companheiro. Aí eu fui de carro pra São Paulo, entrei em contato com vários amigos que eram petistas ou não petistas, ele tinha muitos amigos em diversas áreas, e fui com uma querida e grande amiga que não era petista para o cemitério. Era o cemitério israelita. Aí chegamos lá e estavam ele, a mulher, os parentes, e a mulher dele chegou pra mim, me abraçou, me deu um beijo e falou: “segue a luta por ele”, aí fomos pra cantina do cemitério e estavam o Lula e todos os companheiros da patota da direção. Lula falou “Companheira, vem cá, você vai ser a nossa candidata a deputada federal”. Eu falei: “cê tá maluco”. Ele falou: “não, vai ser, já tá definido que cê vai ser”. E eu falei: “deixa eu pensar, pelo menos”. Ele falou: “tudo bem, dois dias”. Foi assim, confesso. E eu fui pra casa, fiquei refletindo, refletindo, não era em nenhum momento a minha intenção, mas pra lutar, pra ajudar, pra contribuir, vou nesse desafio, e fui candidata a deputada federal. Fui a terceira mais votada do PT. Tenho muito orgulho disso.

CBH: Você falou que você não queria, você resistia porque você tava na luta, você tava na militância. É quase como se você dissesse que entrando num cargo como esse, do mundo da política formal, você não fizesse luta e militância, mas foi o que você continuou fazendo, não foi?

BM: Ô Cristina, você foi muito carinhosa agora, você definiu muito bem o que eu falava de luta e militância, porque eu pensava isso, não apenas eu pensava isso como eu pensava que eu não tinha estrutura, nem vontade, nem preparação pra ser uma deputada federal. Meu negócio era estar na luta e na militância, só que eu assumi a função depois da eleição, com muito orgulho, e continuei na luta e na militância.

CBH: Voltando pra conversa sobre feminismo, sobre você nesse mundo tão masculino da política, eu queria retornar ao momento da luta armada. Como era a relação com o seus colegas, seus companheiros de luta e de militância? A Amelinha Teles, por exemplo, fala



muito sobre desgosto que ela tinha com os companheiros que achavam que a “luta dos sexos” competia ou mesmo atrapalhava a “luta de classes”, que era uma futilidade burguesa e tal [referência a *Da guerrilha à imprensa feminista – a construção do feminismo pós luta armada no Brasil 1975-1980*, de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, publicado em 2013). Você chegou a se confrontar com essa dificuldade com seus colegas. Quando você estava ali atrás do parassol nas reuniões clandestinas, você se via de alguma maneira cerceada por essa condição feminina ou não? Ou essa foi uma realidade que você foi enfrentar apenas mais à frente, no Congresso?

BM: Olha, eu respeito e aplaudo a Amelinha Teles. Eu não vivi essa situação, até porque, como eu te disse, a minha relação era muito pequena com a organização e eu tinha uma relação muito próxima com queridas mulheres. Eu não tenho nenhuma noção de como rolava na organização. Evidentemente, a gente tinha as provocações e as brincadeiras. A gente também provocava e brincava e a gente era renitente na defesa do feminismo e na acusação do machismo. Não só no Congresso Nacional, no meio artístico a gente vê muito. Eu sofri muito isso, não diretamente porque eu não sei se eu tive sorte ou talvez eu não tenha tido olhos mais abertos pra o que acontecia e eu não percebia, mas comigo não sofri coisas diretas. Foram poucas, bem poucas, e quando vieram foram tratadas com a severidade que mereciam. Eu vou contar só um exemplo hilário, que é um exemplo bobinho, mas é hilário. Eu fazia um programa de fim de ano na tv Tupi que era como se fosse um espetáculo dramaturgico de um ato só. E era uma historinha em que eu era uma moça toda cheia de onda e tinha um rapaz que era paraplégico. Eu cantava ele e eu sentava no colo dele para beijá-lo. Vamos gravar a cena? Vamos. Na hora do beijo ele enfiou a língua na minha boca e eu meti-lhe os dentes na língua e segurei a cabeça dele legal. Aí, quando acabou a gravação, eu soltei e falei: “Que foi? Doeu?”. Só, simplesmente. Eu tinha essa reação pra valer porque era a minha postura, então não sei se era só isso ou também se eu era ingênua e não via muita coisa, mas o garoto achou que ia levar uma boa, ia dar uma passada de mão... Não, não vai não, não vai não, é cena, é tudo mentirinha. No Congresso Nacional, havia essa coisa pesada e eu vou dar um exemplo que é o mais sórdido que eu posso dar, mas aconteceu. Eu participava da liderança do PT, era



designada pelo líder, nosso deputado Airton Soares, pra exercer a liderança naquele momento no plenário. Então, o debate era sobre algo que eu não lembro exatamente o quê, e a gente tava contra o PDS do Maluf, Paulo Salim Maluf, deputado como eu. Eu enfrentei todos os demônios lá dentro. Paulo Salim Maluf era deputado, e outros deputados canalhas como ele, e eu defendendo a proposta contra eles pelo PT, aí o Paulo Salim Maluf vai para Tribuna e fala, vou tentar reproduzir as palavras, não exatas, mas por aí: “A nossa querida Bete Mendes é uma mulher muito linda, muito gostosa, eu queria tê-la numa banheira com água morna e sais, toda nua pra gente acariciar seu corpo”. Plenário da Câmara, tá? Aí o presidente [da Câmara] apertou o botão, cortou o microfone dele e eu fui pro microfone e disse que não admitia aquele tipo de violência contra mim ou contra qualquer mulher ou qualquer ser humano “daquele canalha, ladrão”, aí o presidente apertou e falou: “deputada, a senhora está se excedendo”, eu falei: “já falei presidente”, porque aí eu já fui, desci a ladeira, mas já tinha feito a denúncia. Assim é a relação. Cê vê que esse exemplo sórdido, em menores medidas passava por muita gente, por muita gente. Isso que a gente vivia e eu acho que, desculpem a minha... minha lástima, eu acho que hoje nós estamos pior, porque nós estamos vendo mulheres safadas, sem nenhum tipo de conceito de feminismo, de ser mulher, alçadas a postos e trabalhando com este facínora genocida. É assustador. Mas temos mulheres combativas, graças a Deus. Aí estão as nossas Luiza Erundina, Dilma Rousseff e as mulheres grandes que o Brasil tem.

CBH: Bete, foi bom demais te ouvir. Foi uma conversa valiosa pra gente. Muito obrigada.

BM: Eu agradeço demais a vocês. MUITÍSSIMO obrigada a vocês por essa conversa maravilhosa.

JS: A gente agradece.

Referências Bibliográficas

Garcia, Miliandre. Ou vocês mudam ou acabam: aspectos políticos da censura teatral (1964-1985). *Topoi. Revista de História* (11), Rio de Janeiro-RJ, 2010, pp. 235-259.



Napolitano, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política 1975/1982 *Estudos Avançados*, 24(69), São Paulo, 2010, pp. 389-402.

Pedro, Joana M. & Wolff, Cristina (organizadores) *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

ⁱ Referência a *Bete Mendes: O cão e a Rosa*, livro baseado em longa entrevista de Bete Mendes a Roberto Menezes e publicado pela Imprensa Oficial, SP IMES, em 2004.

ⁱⁱ Nota dos entrevistadores: Bete Mendes refere-se à derrota da emenda proposta por Jorge Uequad (PMDB-RS) à Emenda Constitucional no. 26, a mesma que convocou a Constituinte. A emenda Uequad marcou o novo embate pela anistia (depois da campanha de 1979) e foi derrotada pela articulação do governo José Sarney com setores governistas do PMDB. O substitutivo à emenda de Sarney para convocação da Constituinte preservava as promoções dos militares cassados, mas deixava de lado as possibilidades de pagamento retroativo de soldo e o retorno à tropa.

ⁱⁱⁱ Trata-se de um comunicado do Ministro destinado, em princípio, à leitura reservada de escalões subordinados do Exército, mas que foi vazado para a imprensa e alcançou grande repercussão.

^{iv} Nota dos entrevistadores: Em princípios de setembro de 1968, Márcio Moreira Alves, então deputado federal pelo Rio de Janeiro, fez discurso no Congresso Nacional em que incitava o boicote às comemorações do Dia da Independência e apelava às jovens brasileiras para que não namorassem oficiais do Exército. Ato contínuo, o Ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva enviou à Câmara pedido de autorização para que Márcio Moreira Alves fosse processado, o que foi rejeitado por 216 a 141 votos. Esse evento é tido como estopim do AI-5, que marcou o endurecimento notório da ditadura instalada em 1964.

